

CRÔNICAS

DIREITO DE BEM BLASFEMAR

Frei Rovílio Costa

Quem sempre me surpreendeu como padre é o blasfemador. A blasfêmia de quem não acredita em Deus não tem graça. As maiores blasfêmias sempre as ouvi de homens de fé.

Denominar Deus com nome de algum ser que se tem como vil é blasfêmia. Mas, será que Deus criou algum ser inútil ou vil?

Interrogar a Deus é próprio de seus fiéis. Se eu celebro missa, sigo minha vocação, me atribuo o direito de ser atendido por Deus. – Que besteira, imagine se Deus precisa e obedece a seus puxa-sacos!

Mas, do ponto de vista humano, dou-me o direito de reclamar por ele não atender meus pedidos. Eu tenho o direito de interrogá-lo, e ele não tem o dever de me responder. Eu tenho o direito de pedir, e ele não tem obrigação de me obedecer.

Se não entendemos Deus, tampouco entendemos os que crêem. O Papa, ante a morte arbitrária de judeus, irmãos mais velhos na fé, como diria João Paulo II, se pergunta com humano direito: – Deus, onde estavas? – Pergunta de um crente, de um místico que julga ter feito sua parte.

Com tal pergunta, o papa, para uns, passou a ser um filósofo, que presume que para chegar a Deus baste a razão! Para outros, é um descrente, ou o papa pirou! Não é o Joãozinho, dizem os saudosistas!

Bento não comanda a Igreja como papa filósofo ou alemão, mas como místico. E o místico questiona a Deus, assim co-mo, no Cântico dos Cânticos, o esposo questiona a esposa – Meu bem, jamais esperava isto de ti! Nunca pensei ouvir isto de ti!

“Meu Deus, por que me abandonaste?”, de Cristo, no alto da cruz, é o místico e o humano que interroga o Pai. Já passava 24 horas reclamando de seu Deus, fazendo a prece do coração partido.

Nosso papa-poeta, assim podemos denominar Castro Alves, que o escritor Antônio Suliani, ao ler o texto do papa, depois de uma

mística risada, lembrou declamando *Vozes d’Africa*, poema que assim inicia:

“DEUS! ó Deus, onde estás, que não respondes?
Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?
Há dois mil anos te mandei meu grito,
Que, embalde, desde então, corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?!...”
O Papa místico é o papa do salmo 44, que, com o Santo Rei Davi, desabafa:
“Desperta, por que dormes, Senhor?
Acorda! Não nos rejeites até o fim!
Por que escondes a tua face,
Esquecendo nossa opressão e miséria?!”

O papa e qualquer temente a Deus, segundo critérios humanos, podem fazer a mesma pergunta do salmista, se tiverem consciência de ter feito a sua parte, permitindo a Deus fazer a própria.

Bento XVI reclama por Deus não ter acolhido seus critérios e propósitos, e Deus se nega a ser mandado pelo Bentinho. Nem o homem manda em Deus, nem Deus manda no homem, que o fez livre à sua imagem e semelhança. Estamos, pois, em zero a zero, o que não seve para os resultados da Seleção Brasileira; não lhe basta só empatar para ao hexa chegar. Só a fé ultrapassa os critérios humanos, e entende os divinos!

INOCENTAR E CONDENAR

Rovílio Costa

O condenar expressa o poder da sociedade através da lei, enquanto o entender, acordar, compreender e perdoar parecem atos de fraqueza e derrotismo. A cultura da arrogância é a cultura do pressuposto ser perfeito. Olha o universo, e conclui – o diabo são os outros.

Deus, como criador, é o legislador do qual dimana toda a lei. A lei moral traduz a lei da natureza racional, criada por Deus.

O macro e o microcosmo se regem por leis próprias. O homem, à luz do direito natural, se torna apto a *legislar e julgar*. Ambos os predicados são outorga divina. À afirmativa de Pilatos – “Tenho poder para te libertar ou para te crucificar” (*Jo* 19, 10) – responde Jesus: “Nenhum poder terias, se do alto não te fora dado” (*Jo* 19, 11).

Advogar, defender, acusar, condenar e inocentar são tarefas que se completam para o justo desfecho. São funções que convergem para a verdade, como integradora da justiça e da caridade. Deus é infinita justiça, verdade e amor, prerrogativas que são nossas também, no grau da liberdade e da finitude.

Jesus, que disse ao bom ladrão – “Hoje estarás comigo no paraíso” (*Lc* 23,43) – teria dito o mesmo a quem julgou o bom ladrão, talvez pelas aparências, não auscultando sua intimidade?

Julgar, na visão cristã, é, primeiramente, entender a pessoa e suas intencionalidades. Do contrário, tanto o condenar como o inocentar podem ser atos de violência. É tão violento condenar o inocente, como inocentar o culpado, que o coloca, no nível de consciência, em situação de dupla culpabilidade.

“Quem é inocente atire a primeira pedra” (*Jo* 8, 7), de Cristo, diante da condenada pela lei, nos coloca perante a lei da consciência. Denuncia o farisaísmo das aparências e olha o sujeito em suas íntimas volições.

Oxalá o direito do futuro ultrapasse a materialidade dos atos e se ocupe com a pessoa circunstanciada no espaço e no tempo.

A Ação Católica dos Profissionais do Direito, comprometida com a justiça, aliada à verdade e à caridade, realizou a 12-8-2006, na Igreja São José, Av. Alberto Bins, uma Santa Missa em louvor a Nossa Senhora, padroeira da Entidade, com a récita do hino bizantino *Akatis-tos*, do século VI.